



Índice

- 01** AGU cobra indenização por desmatamento de Terra Indígena
- 02** [Extração de diamantes em terra indígena no estado de mato grosso atrai conflitos, ladrões, prostitutas e contrabandistas](#)
- 03** Kadiwéu assume Saúde Indígena com 70% da frota sucateada
- 04** CUIA avalia adaptação de indígenas no ensino superior
- 05** ONU elogia papel dos indígenas na proteção da biodiversidade
- 06** Famílias indígenas acampam na rodoviária
- 07** Inclusão Digital será debatida na Aldeia Indígena Pirajuí de Paranhos
- 08** Casa de Cultura Flávio Craveiro exhibe documentário sobre ritual indígena
- 09** Contorno Viário da Grande Florianópolis afetará nove aldeias indígenas
- 10** TRF rejeita pedido de três municípios contra demarcação de aldeias
- 11** Intolerância religiosa x Impunidade histórico cultural
- 12** 'Não me lembro', diz indígena suspeito de estuprar 3 crianças, em Roraima
- 13** Incra reconhece comunidade quilombola em Santa Catarina
- 14** Encontro de Povos Tradicionais no Quilombo Castainho
- 15** Quilombolas denunciam paralisação nas obras de escola
- 16** Comunidade Santa Rosa dos Pretos é reconhecida como remanescente de quilombo



- 17** [Edital seleciona consultoria em 'Políticas de saúde para comunidades quilombolas'](#)
- 18** [Quilombo Angola realiza oficina de pandeiro reciclado](#)
- 19** [Tensão entre fazendeiros e índios cresce em Iguatemi](#)
- 20** [Presidente da Funai visita 'Casa do Índio' e tribos criticam prédio](#)
- 21** [Prefeitura realiza reunião para melhorias no Quilombo dos Alpes](#)
- 22** [Ribeirinhos serão consultados sobre projeto do Polo da Indústria Naval do Amazonas](#)
- 23** [Descaso e omissão agravam violência contra índios, aponta relatório do Cimi](#)
- 24** [Índice de suicídio entre indígenas é o maior dos últimos 28 anos](#)
- 25** [Relatório do Cimi contabiliza 53 índios assassinados em 2013](#)
- 26** [Técnico visita aldeias indígenas para informar sobre crédito e habitação rural](#)
- 27** [A Cultura dos Artistas Indígenas](#)
- 28** [Índios descumprem acordo e invadem fazendas no Mato Grosso do Sul](#)
- 29** [O sobrenatural e o suicídio dos índios do Alto Rio Negro e Guarani Kayowá](#)
- 30** [Povos indígenas do rio São Francisco se encontram em Porto](#)
- 31** [Exposição retrata 33 anos de história dos índios brasileiros](#)



AGU cobra indenização por desmatamento de Terra Indígena

SÍTIO JORNAL BRASIL, 16.07.2014

A Advocacia-Geral da União (AGU) em Mato Grosso ajuizou 47 ações para a recuperação de 26 mil hectares de floresta amazônica da Terra Indígena Maraiwatsede.

O ajuizamento das ações tem como objetivo a execução da sentença em Ação Civil Pública, julgada procedente, que determinou aos não índios ocupantes de áreas na terra indígena que deixassem o local. A desintrusão judicial ocorreu em janeiro de 2013 e ordenou também o reflorestamento das áreas degradadas ilicitamente.

Caso os responsáveis pelo desmatamento não providenciem a reparação da área, ou a Justiça considere a medida inviável, os processos podem gerar um total de R\$ 147.182.655,00 a título de indenização aos cofres públicos.

De modo a garantir o cumprimento integral da sentença, a Procuradoria da União no estado do Mato Grosso (PU/MT) requereu a recuperação ambiental das áreas. A unidade da AGU ajuizou as ações individualmente com base em vistoria do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); a que compreende a maior área pede a reparação de 4.016 hectares, com indenização prevista de R\$ 22,8 milhões.

De acordo com a PU/MT, a União pede, preliminarmente, a indisponibilidade dos bens dos réus para garantir, caso a sentença seja favorável, a apresentação do Plano de Recuperação da Área Degradada em 90 dias, para aprovação do Ibama e Fundação Nacional do Índio (Funai). Caso não ocorra o cumprimento da obrigação pretendida, ou a implementação do plano seja considerada inviável, a AGU requer a condenação para pagamento da indenização.

A Terra Indígena Maraiwatsede mede aproximadamente 165.000 hectares e situa-se entre os municípios de Alto da Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Felix do Araguaia, no estado de Mato Grosso. A região foi declarada de tradicional ocupação pelo povo Xavante, demarcada e homologada por decreto Presidencial em 11 de novembro de 1998.

Fonte: AGU



Extração de diamantes em terra indígena no estado de mato grosso atrai conflitos, ladrões, prostitutas e contrabandistas
SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 16.07.2014

Liminar do STJ mantém decisão do TRF que determinava a suspensão das autorizações para lavra.

A partir de agora, devem ser cancelados os requerimentos para realização de pesquisa mineral em terras indígenas da comunidade Cinta Larga e no seu entorno, conforme decisão obtida pelo Ministério Público Federal (MPF) junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). No dia 1º de julho, o Superior Tribunal de Justiça concedeu liminar para retirar efeito suspensivo que impedia a decisão do TRF1 de ser cumprida. Desde a ação civil pública em primeira instância, o MPF demonstrou que as pesquisas e lavras autorizadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) no interior da terra indígena têm servido para aumentar a criminalidade na área.

Relatório da Polícia Federal (PF) citado nas peças do MPF assinala os conflitos gerados entre garimpeiros, minerados e indígenas por causa da comercialização ilícita de diamantes extraídos nas terras ocupadas pelos índios Cinta Larga, com produção avaliada em torno de US\$ 20 milhões mensais.

A área indígena dos Cinta Larga possui um raro kimberlito – rocha vulcânica onde é encontrado o diamante - que, segundo estudo da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais, órgão do Ministério das Minas e Energia, é único no país, podendo gerar uma mina industrial de diamante de gema com capacidade para produzir, no mínimo, um milhão de quilates de pedras preciosas por ano.

Além disso, a exploração atrai ladrões de pedras, prostitutas e traficantes para a região. Já provocou a morte de pelo menos cem garimpeiros, índios e contrabandistas nos últimos dois anos, e é responsável por sérios danos ambientais, tais como o assoreamento do Rio Roosevelt.

Da sentença favorável ao MPF em primeira instância, o DNPM recorreu ao TRF1, que considerou prejudicado seu apelo ao entender que “o interesse na proteção do meio ambiente, as condições de vida da população indígena local e a neutralização da criminalidade faz emergir os motivos para a revogação da lavra”. Segundo o acórdão da 5ª Turma, constatada a incompatibilidade da atividade minerária e a ordem pública no entorno da terra indígena Cinta Larga, resta superada a utilidade do aproveitamento mineral na área sub judice.

Contra essa decisão, o DNPM ajuizou recurso especial. O vice-presidente do TRF-1 deferiu liminar em medida cautelar para suspender o cumprimento do acórdão até que o recurso especial seja julgado. Contra essa decisão, o subprocurador-geral da República José Elaeeres

CONT.



Marques de Teixeira ajuizou uma medida cautelar (contracautela) junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para garantir que o acórdão seja cumprido imediatamente. Para ele, não estão presentes os requisitos que justificariam a concessão do efeito suspensivo pela vice-presidência do TRF1: perigo na demora (*periculum in mora*) e a fumaça do bom direito (*fumus boni iuris*).

Elaeres alertou que, na verdade, a demora para se cumprir a decisão é desfavorável ao MP e não ao DNPM. Isso porque, segundo argumenta, a suspensão das concessões de pesquisa se deu em razão do aumento da criminalidade local como consequência da extração ilegal de diamantes nos arredores da terra indígena, situação que pode continuar, caso não seja cumprida de pronto a decisão colegiada do TRF1.

Mas o MPF alega, também, que as normas brasileiras destinadas à proteção dos povos indígenas "veda a prática de mineração por terceiros e terras indígenas e, mesmo após a edição da regulamentação reclamada no texto constitucional, a autorização para tal prática é de competência exclusiva do Congresso Nacional, após oitiva das comunidades afetadas". Nesse sentido, explica o subprocurador, o DNPM não tem mais qualquer atribuição para decidir sobre as autorizações.



Kadiwéu assume Saúde Indígena com 70% da frota sucateada

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 16.07.2014

A Saúde indígena está com 70% da frota sucateada. A informação é do presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, Fernando de Sousa. Segundo ele, dos 180 veículos destinados à Saúde nas aldeias, 100 estão parados nos pátios. Em Dourados, dos 30 veículos existentes, 40% estão sucateados.

É neste quadro de crise que assume o comando da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai-MS), o primeiro indígena à frente da pasta.

Trata-se do kadiweu Ilário da Silva, que é da cidade de Porto Murtinho. Assim que tomou posse, na semana passada, anunciou um plano emergencial para resolver os principais "gargalos" da Saúde Indígena do estado.

Dentre eles, a logística de transporte de pacientes e a falta de abastecimento de insumos e medicamentos nos postos de Saúde.

Segundo Fernando de Sousa, um acordo firmado no final do ano passado com o Ministério da Saúde garante os investimentos para a Saúde Indígena. A Sesai deve entregar um relatório sobre a crise nas aldeias em 10 dias para análise do Governo Federal, que já teria se comprometido em resolver o problema.

Em relação às viaturas sucateadas, Fernando de Souza diz que a população indígena está ficando sem respaldo na área de saúde. Em Dourados, por causa da falta de transporte, as equipes que fazem atendimento nas aldeias estariam enfrentando dificuldades para chegar lá. "Alguns grupos precisam pegar carona com outros para se deslocar até a reserva. Em outras situações, um grupo vai para a aldeia e o carro volta para buscar outro. O serviço se torna demorado", destaca.

Há um ano o presidente também alertou para outro grave problema. As viaturas que transportam pacientes, não são esterilizadas. "Não há serviço de lavagem. Por isto é comum encontrar sangue e vísceras humanas nos carros, gerando riscos de infecções diversas", denuncia.

Ele lembrou ainda que praticamente 100% dos agentes que atuam na Reserva não dispõem de material completo, como as mochilas de materiais e bicicletas. "Muitos atuam com veículos próprios e materiais comprados por eles via 'vaquinha'", destaca.

Solução

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 122 / 2014

Brasília, 17 de julho de 2014.

Fernando diz que além do Plano de emergência, outro fator positivo nas reservas é que a 5ª Conferência Saúde Indígena, que acontece esta semana em Brasília, já sinalizou positivamente 35 projetos de Mato Grosso do Sul para melhorar o atendimento no setor.

Em nível nacional está sendo discutida a implantação de uma política especial da Saúde indígena que prevê a desburocratização no abastecimento das Unidades de Saúde, compra de materiais e manutenção de serviços básicos.

“Hoje existe uma burocracia enorme que faz com que os insumos atrasem e os postos fiquem desabastecidos. O processo de reposição destes materiais é longo e muitas vezes quem vai na Unidade de Saúde não tem tempo a perder. Esta demora pode custar uma vida. Por causa disso, tudo será analisado e formará uma grande proposta que servirá para mudar a política de Saúde indígena em todo o território nacional”, explica.

CUIA avalia adaptação de indígenas no ensino superior
SÍTIO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 17.07.2014



Encontro serviu para discutir a experiência do Ciclo Intercultural Acadêmico

Representantes das Terras Indígenas de Pinhalzinho, Laranjinha, São Jerônimo e membros da Comissão Universidade para os Índios (CUIA) se reuniram nesta terça-feira (15) para avaliar a participação e o acesso dos indígenas no ensino superior. O encontro serviu para avaliar o Ciclo Intercultural Acadêmico, projeto implantado no início deste ano e que tem o objetivo de inserir o indígena na vida acadêmica, antes do início do curso de graduação.

“É importante que os alunos indígenas participem das reuniões e estejam entendendo a lógica acadêmica. Nós também aprendemos mais sobre as questões indígenas”, afirma Betty Finatti, membro da CUIA. Atualmente a UEL possui 30 estudantes indígenas matriculados.

O Ciclo Intercultural foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) instituindo práticas educativas interdisciplinares, para promover a formação acadêmica e cultural dos estudantes indígenas. São ofertados quatro módulos interdisciplinares: Terra e Identidade, Ciência e Saúde, Cidadania e Sustentabilidade e Cotidiano Acadêmico. Ao todo são 480 horas de aulas. A UEL foi a primeira instituição do Paraná a oferecer o ciclo aos alunos indígenas.

Vestibular - Em dezembro deste ano será realizado o 9º Vestibular dos Povos Indígenas que oferecerá oportunidades para estudantes de todas as reservas paranaenses interessados em ingressar no ensino superior. Este ano o vestibular será realizado na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).



ONU elogia papel dos indígenas na proteção da biodiversidade

SÍTIO AMAMBAI NOTÍCIAS, 16.07.2014

Chefe de Convenção sobre o tema, Bráulio Dias, diz que Protocolo de Nagoia criou mecanismos para apoiar comunidades rurais na conservação; documento entra em vigor no próximo dia 12 de outubro.

A venda de plantas medicinais em todo o mundo é parte de um comércio que gera US\$ 1 bilhão anualmente. A informação é da Convenção sobre Biodiversidade das Nações Unidas.

Segundo especialistas da Convenção, os povos indígenas e as comunidades rurais são os maiores detentores da biodiversidade e precisam participar dos benefícios criados pelo setor.

Comércio Legal

Um tratado das Nações Unidas, o Protocolo de Nagoia, prevê o que o documento chama de "repartição justa de benefícios" do comércio legal com a biodiversidade.

Após ser ratificado por 51 países, o Protocolo entrará em vigor no próximo dia 12 de outubro.

Nesta entrevista à Rádio ONU, o secretário-executivo da Convenção sobre Biodiversidade, Bráulio Dias, falou sobre o papel dos indígenas na conservação da fauna e da flora.

Década

"Eles são aqueles que cuidam, em grande parte, desta biodiversidade. A conservação tem custos. O mecanismo, criado pelo Protocolo de Nagoia de promover a repartição de benefícios, é uma forma de valorizar economicamente a biodiversidade, incentivar que aqueles países detentores de biodiversidade e aquelas comunidades locais e povos indígenas continuem com seu esforço de conservação da biodiversidade."

Em 2012, os países-membros da Convenção adotaram o Plano Estratégico de Biodiversidade para a Década de 2011-2020 com 20 metas globais. O acordo foi feito em Nagoia, no Japão. Entre os objetivos estão a redução do desmatamento, ampliação de áreas protegidas e o compromisso dos países de colocar até 2015 o Protocolo de Nagoia em vigor.

Com isso, cada nação tem que criar uma autoridade nacional para tratar de temas de acesso a recursos genéticos além de regulamentar o setor.

A Convenção foi adotada no Rio de Janeiro em 1992, durante a ECO-92.

Famílias indígenas acampam na rodoviária

SÍTIO BLOG DO ÂNGELO RIGON, 16.07.2014



Três famílias indígenas, cada uma de uma reserva diferente do Paraná, estão morando na estação rodoviária de Maringá, na avenida Centenário, há cerca de um mês. Elas vivem do artesanato e entre eles há crianças. Pessoas ligadas a entidades de proteção aos indígenas teriam procurado a direção do terminal e informado que eles não podem ser removidos. Como são de tribos diferentes, cada família ocupa um espaço na rodoviária; uma delas está no prédio mais ao fundo (foto), onde improvisou até varal de roupas. Os índios são de Manoel Ribas (kaingang), Londrina (kaingang) e (kaingang e guarani).



Inclusão Digital será debatida na Aldeia Indígena Pirajuí de Paranhos

SÍTIO REGIÃO NEWS, 16.07.2014

O fórum conta com a participação do cineasta boliviano Iván Molina, indígena da etnia Quéchua

Entre os dias 19 a 23 de julho de 2014 a Associação Cultural de Realizadores Indígenas (Ascuri) realizará na Aldeia Pirajuí no município de Paranhos o 5º Fórum de Discussão Sobre Novas Mídias Nas Aldeias (FIDA) e tem como objetivo possibilitar o encontro dos jovens Guarani Kaiowá para discutir a inserção das novas tecnologias como ferramenta de lutas e o fortalecimento da cultura e identidade como povo diferenciado, o papel da juventude na atual conjuntura de luta na realidade indígena no Mato Grosso do Sul.

O fórum conta com a participação do cineasta boliviano Iván Molina, indígena da etnia Quéchua e será promovido através de parcerias entre a UFGD, UFF, Prefeitura Municipal de Paranhos e organização dos Jovens do Aty Guasu.

“Diferente do que muitos pensam as tecnologias e as tradições indígenas se relacionam muito bem, ou seja, os índios não deixam de ser indígenas por usar recursos tecnológicos como todas as outras culturas fazem. Isto não é um problema para os índios, mas o importante é discutir como utilizar as mídias da melhor forma” Destaca Eliel Benites representante da ASCURI.

Casa de Cultura Flávio Craveiro exhibe documentário sobre ritual indígena
SÍTIO GUIA SJC, 16.07.2014



O filme "Hiper Mulheres" vai ser exibido nesta quarta-feira (16) na Casa de Cultura Flávio Craveiro (Av. Lênin 200, Dom Pedro I). Serão duas sessões gratuitas, às 15h e às 19h. O filme faz parte da Mostra de Cinema e Direitos Humanos da América do Sul. A entrada é franca.

Hiper Mulheres foi dirigido por Carlos Fausto, Leonardo Sette e Takumã Kuikuro. Com receio que sua esposa já idosa venha a falecer, um integrante de uma tribo indígena do Alto do Xingu (MT) faz um pedido: que a tribo realize um ritual feminino chamado Jamurikumalu. Dessa forma, sua esposa poderá cantar uma última vez. O documentário mostra os ensaios das mulheres da tribo quando a única integrante que sabe todas as músicas do ritual se encontra debilitada.

Na sessão, também será exibido o curta-metragem "Brasília Segundo Feldman", documentário que apresenta o material filmado pelo 'designer' americano Eugene Feldman, em visita à Brasília na época de sua construção. As cenas mostram a precariedade da segurança dos trabalhadores em razão do ritmo acelerado das obras e depoimentos de pioneiros sobre as condições de vida dos candangos.

Os filmes fazem parte da Mostra de Cinema e Direitos Humanos da América do Sul, que reúne curtas e longas metragens que pontuam a discussão sobre um país constituído por múltiplos sujeitos, em suas diferentes formas de vida.



Contorno Viário da Grande Florianópolis afetará nove aldeias indígenas

SÍTIO A NOTÍCIA, 16.07.2014

Autopista Litoral Sul evita falar em prazos, mas depende de aval da Funai para obter licença do Ibama que permite início de obras em dois trechos

A obra do Contorno Viário da Grande Florianópolis deve impactar indiretamente na rotina de nove aldeias indígenas da região. Responsável pelo empreendimento, a Autopista Litoral Sul aguarda o parecer da Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre o Estudo do Componente Indígena, necessário para o Ibama emitir a licença de instalação, que permite o início das obras. A empresa evita falar em prazos por depender da celeridade dos órgãos do governo, mas garante que o cronograma de obra, cuja conclusão é prevista para daqui a três anos, não deve ser alterado.

O Contorno Viário segue em obras desde o dia 29 de maio, mas apenas num trecho de 14 quilômetros, em São José, onde todos os licenciamentos já foram obtidos pela empresa. Somente neste trecho, a previsão é de concluir em 24 meses. O Complexo tem no total 50 quilômetros de extensão e é justamente nos acessos Norte, a partir de Biguaçu – do Km 175,2 ao Km 211,5 da BR-101 –, Sul, em Palhoça – entre os Kms 225,5 e 233,5 –, que mais se aproximam das aldeias e necessitam do parecer da Funai.

Segundo o coordenador da Funai Litoral Sul, João Maurício Farias, o estudo está sendo analisado em Brasília e precisa apontar quais os impactos econômicos, sociais, ambientais e da qualidade de vida o contorno gerará ao cotidiano das aldeias. Precisa detalhar também as medidas de compensação. O processo é semelhante ao aplicado para a construção da quarta pista no Morro dos Cavalos, na BR-101, em Palhoça.

Se o projeto for aprovado pela Funai, começam as audiências com os indígenas, para apresentação da obra. As considerações recolhidas nas comunidades devem ser incorporadas ao estudo para então receber o parecer. Segundo a Autopista, o estudo foi protocolado no dia 4 de junho e a resposta deve ser emitida em 90 dias ao Ibama. Consultada pela reportagem, a Funai, em Brasília, não confirmou prazos.

Segundo Farias, a Autopista tem cumprido com a Funai todos os cronogramas à risca, diferente do que ocorreu com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), com as obras do Morro dos Cavalos.

– Dado o estarte da obra, todo o plano de trabalho (da Autopista) foi feito dentro dos prazos – atesta Farias.

Ao receber a licença de instalação, as obras devem começar pelo acesso Norte, em Biguaçu, ao mesmo tempo em que seguem os trabalhos no trecho já iniciado, em São José. O traçado de

CONT.



Biguaçu terá menos desníveis que o de Palhoça, embora preocupe a necessidade de estabilizar o solo argiloso.

No trecho Sul, ainda haverá a construção de seis túneis (três em cada sentido), que necessitam de ajustes nos projetos e aprovação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Esses, sim, podem estourar o prazo de três anos. A reportagem entrou em contato com a ANTT em Brasília desde o final de maio para saber dos prazos de contrato e quais as medidas aplicadas em caso de atrasos nas obras, mas ainda não se manifestou.

As nove aldeias impactadas

Nove aldeias Segundo a Funai, devem ser impactadas pelo Contorno Viário da Grande Florianópolis nove aldeias indígenas. O estudo apontando os impactos e as medidas compensatórias foi protocolado em junho na Funai e depende do aval do órgão para que o Ibama libere a licença, que permite o início das obras nos trechos de Biguaçu e Palhoça.

CANELINHA

- Aldeia Canelinha

BIGUAÇU

- Aldeia Amâncio
- Aldeia Amaral
- Aldeia Mbiguaçu
- Aldeia Morro da Palha ou Itanhaen (limite com Tijucas)

PALHOÇA

- Aldeia Cambirela
- Aldeia Praia de Fora
- Aldeia Morro dos Cavalos
- Aldeia Massiambu

Fonte: Funai



TRF rejeita pedido de três municípios contra demarcação de aldeias

SÍTIO PANTANAL NEWS, 16.07.2014

Recursos apresentados à Justiça Federal, pelos municípios de Sete Quedas, Naviraí e Tacuru, foram derrubados, nesta semana, pelo TRF3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), sediado em São Paulo. O órgão recusou pedido para anular o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) prevendo a aceleração do processo de demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul.

O documento foi firmado entre o MPF (Ministério Público Federal) em Mato Grosso do Sul e a Funai (Fundação Nacional do Índio), em 2007, e impôs à instituição federal a retomada dos trabalhos de identificação e delimitação de terras indígenas em 26 municípios do Estado. Incluídas na lista, as três prefeituras moveram ações contra o texto, alegando que são parte interessada.

Segundo o MPF informou, os municípios afirmavam, na ação, que as demarcações acarretariam danos aos cofres públicos, com eventual redução na arrecadação tributária e aumento de gastos com as comunidades indígenas.

Representa jurídico dos índios, segundo prevê a legislação, o MPF, quando o TAC foi firmado, usou como principal argumento o fato de a Constituição Federal de 1988 prever um prazo de 5 anos para que o poder público demarcasse terras tradicionalmente indígenas. "Em razão do descumprimento desse mandamento constitucional, mesmo após duas décadas da promulgação da Carta Magna, e para evitar mais ações judiciais visando a demarcação em Mato Grosso do Sul, o MPF firmou, em novembro de 2007, o TAC com a Funai", diz o texto divulgado à imprensa sobre a decisão do Tribunal Federal.

Na sequência, a autarquia editou portarias que criavam grupos técnicos para identificar e delimitar terras indígenas nas cidades relacionadas no TAC, além de produzir relatórios que seriam encaminhados ao Ministério Público Federal.

Responsável por um dos pareceres acatados pelo TRF, o procurador Robério Nunes dos Anjos Filho critica o argumento de que a demarcação pode afetar os cofres públicos das cidades, para ele uma postura, "dado o seu conteúdo reprovável e a proibida política dado seu conteúdo reprovável e a proibida política segregacionista". Ele afirma, ainda que, a atitude de "discriminação negativa aos índios" é vedada pela Constituição Federal de 1988. "O dever de prestação de serviços assistenciais aos indígenas é obrigação constitucional e legal do município, independentemente de se tratar de índios ou não, pois que todos são cidadãos brasileiros", afirma.

O procurador critica a alegação de aumento de gastos, "dado seu conteúdo reprovável e a proibida política segregacionista, decorrente de discriminação negativa aos índios, vedada pela Constituição Federal de 1988", concluindo que tais valores nem seriam suportados diretamente pela municipalidade, uma vez que "a União repassa verbas aos municípios para o atendimento de saúde às comunidades indígenas, por meio da Funasa (Fundação Nacional de Saúde)".

CONT.



O MPF rebateu também rebate a afirmação dos municípios de que defenderiam o interesse da coletividade. “É até difícil reconhecer no caso qualquer interesse econômico legítimo, pois não é possível conceber que se possa sustentar a legitimidade de um interesse dessa natureza quando o mesmo implica o desrespeito de uma determinação expressa da Constituição Federal, segundo a qual os procedimentos demarcatórios já deveriam ter sido concluídos desde 1993”, explica o procurador regional da República Paulo Thadeu Gomes da Silva, autor dos outros dois pareceres do MPF.

“Diante do conflito entre o direito à propriedade, caracterizado pelo interesse patrimonial e o princípio da dignidade da pessoa humana, consistente na garantia de condições mínimas à sobrevivência da comunidade indígena, evidencia-se a necessidade de prevalência deste último”, prossegue.

Diante da decisão do TRF, os municípios ainda podem recorrer a instâncias superiores, entre elas o STF (Supremo Tribunal Federal).



Intolerância religiosa x Impunidade histórico cultural

SÍTIO VERMELHO, 16.07.2014

Mais uma ação de racismo, preconceito e intolerância movimenta os militantes da frente de Luta Antirracismo do PCdoB, e dos partidos que compõem essa frente, movimento negro e a Comunidade de Matriz Africana. O direito de respeito e dignidade a Comunidade. E esse tema ganhou espaço nos jornais de maiores circulações do país, depois da apresentação de desprezo e desrespeito à cultura negra por parte de um juiz da 17ª Vara Federal do Rio.

Não é por menos, toda essa estrutura de construção de Estado tem na sua instituição de poder a igreja, naquele tempo histórico a Igreja Católica, nos tempos atuais a Igreja protestante. Então pergunta-se, e o Estado Laico? E a Constituinte?

A luta pela liberdade religiosa se fortalece de forma institucional na Constituinte de 1988, sendo elucidado no seu Art,5, VI:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

Só lembrando que essa luta antecede a Constituinte de 1988, nosso respeitoso Jorge Amado, então deputado federal, defendeu, e aprovou pela primeira vez o direito de expressão e de liberdade religiosa na constituinte de 1947.

Ainda assim vivemos tempos de covardia e violência contra as Comunidades tradicionais, temos o exemplo triste de uma casa de Axé em Duque de Caxias onde a nação é Djeje Mahin, e a Doné Conceição D'Lissa, tem sofrido com violência de tempos em tempo, foram feitas as denúncias, em 2012, ainda que não fosse nova essa tal situação, novamente seu barracão foi incendiado na madrugada do dia 25 de junho deste ano. E mais do que nunca precisamos estar juntos, reconstruir o barracão, e junto a ele nossa força e nossa história.

Mas a luta continua, e nós não nos rendemos, e nem nos acovardaremos! As Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, o movimento negro e as instituições sociais que atuam nas frentes de luta pela Liberdade Religiosa estão juntas, prestando solidariedade e restituindo irmandade como é de sua essência; as Comunidades Tradicionais, antes de mais nada. simbolizam a resistência, a irmandade, a identidade e a cultura que alimenta e identifica o povo brasileiro, e que fez desse Brasil a expressão desse caldeirão cultural que se constituiu, então viva a luta pela Liberdade Religiosa, e a resistência dos terreiros.

CONT.



O terreiro simboliza a resistência contra a cultura eurocêntrica que dominou, ajuizou, capitalizou, escravizou, e matou em nome de Deus.

Podemos citar um levantamento realizado pela PUC-Rio, em 2013, que traduziu em números as perseguições impostas aos praticantes de religiões afro-brasileiras. Segundo o estudo, de 847 casas pesquisadas desde 2008, 430 disseram que sofreram algum tipo de intolerância religiosa.

Dentre essas várias outras situações que não chegaram a óbito, mas que não deixam de ser agressões profundas, e linchamentos moral, cultural e histórico. Como as que acontecem em algumas comunidades do Rio de Janeiro. Onde terreiros são depredados, alvejados e queimados, como no caso da nação Djeje Mahin, da Doné Conceição D'Lissa. Em alguns casos as yalorixas e babalorixás são expulsos da comunidade, e por quem? Pela fé? Pela consciência "divina" que esta expulsando um demônio? É tudo isso em nome de uma "consciência divina", de um bem para comunidade.

E é por essas e outras que o mapa da religião no Brasil, e em especial do Rio de Janeiro, que onde nos localizamos com a pauta política aqui presente se altera radicalmente. Segundo pesquisa do IBGE, publicada em jornal de circulação comercial de 17/05/2014, o preconceito e as conversões fizeram com que o número absoluto de praticantes de religiões de matriz africana caísse no país, saindo de um total de 575 mil, para 407 mil, em 2010. Enquanto isso, os evangélicos passaram de cerca de 13 milhões para 42,3 milhões.

Essa desterritorialização de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana é mais que um dogma, é parte de um projeto político, que vem ganhando espaço, musculatura financeira, e de mídia, assim como bancadas nas assembleias, Congresso, e Senado. É esse projeto que precisamos nos atentar, porque sua essência é de domínio, o seu signo é do retrocesso, e a sua ferramenta é o preconceito, racismo, machismo e a homofobia.

A capacidade de resistência das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana que nos trouxe até aqui precisa, com a nossa vontade, força e unidade, nos levar adiante.

Aos conceitos de sincretismo, assimilação, acomodação e aculturação quando aplicada em uma sociedade poli étnica e, dividida em classes e camadas com interesses conflitantes e / ou antagônicos, interesses e conflitos que servem de combustível a sua dinâmica, ou seja, produzem a luta de classe, (Moura pág34, 1988).

É desta forma que nós, independentes de nossos credos, e / ou religião militantes da luta antirracismo, reafirmamos nosso respeito àqueles que são construtores e cimento social dessa que é parte da Identidade Nacional, e assim nos colocamos solidários e companheiros nessa luta transgressora, classista e emancipatória do povo negro.

Vida as Comunidades Tradicionais de Matriz Africana!!
Viva a Quilombola Doné Conceição D'Lissa!!
Axé!!

*Mônica Custódio - Secretária de Combate ao Racismo do PCdoB/RJ



'Não me lembro', diz indígena suspeito de estuprar 3 crianças, em Roraima
SÍTIO G1, 16.07.2014

Leôncio da Silva Damasceno, 48, teria estuprado meninas de 4, 5 e 7 anos. Indígena foi preso na comunidade da Malacacheta, no município de Cantá.

Policiais civis prenderam no começo da tarde desta terça-feira (15) o indígena Leôncio da Silva Damasceno, de 48 anos, suspeito de estuprar três crianças com idades de quatro, sete e nove anos. Ele foi capturado na comunidade da Malacacheta, no município de Cantá, a 28 quilômetros de Boa Vista.

Segundo o delegado Maique Evelin, as investigações começaram em abril deste ano após denúncia feita pelo Conselho Tutelar do município. "A investigação é fruto da operação 'São Miguel' e esse é mais um pedófilo preso, de extrema periculosidade", destacou.

Damasceno mora na comunidade da Malacacheta, porém, para preservar a identidade das crianças, a polícia não informou se elas são da mesma localidade do indígena. Conforme Evelin, o mandado de prisão contra Damasceno foi expedido semana passada e ele não ofereceu resistência durante a abordagem policial.

"Os atos [estupros] vinham ocorrendo continuamente. Ele estava escondido, não confessou, disse que estava embriagado e não se lembra de nada", informou o delegado.

Ao G1, Damasceno manteve a versão apresentada ao delegado. "Eu não me lembro de nada", insistiu. O indígena comentou que havia se escondido no 'mato', mas que conhecidos o convenceram a se entregar logo para a polícia, afirmando ser a melhor coisa a fazer. O suspeito aguardou a abordagem policial na casa do tuxaua (cacique) da comunidade.

Após depoimento e exame de corpo de delito, o suspeito será encaminhado para a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, onde ficará à disposição da Justiça.



Incra reconhece comunidade quilombola em Santa Catarina

SÍTIO PORTAL GAZETA NOTÍCIAS, 16.07.2014

Portaria publicada pelo Incra no Diário Oficial da União da última terça-feira (15) delimita e reconhece como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Família Thomaz área de 30,8 hectares situada no Município de Treze de Maio, em Santa Catarina.

O ato de reconhecimento vem após a identificação da área como quilombola pelo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), elaborado por empresa contratada pelo Incra, corroborado pela comunidade e publicado em dezembro de 2012. Segundo o relatório, que não obteve contestações por parte dos atuais ocupantes e limítrofes, as terras devem ser destinadas a 9 famílias descendentes do ex-escravo Custódio Manoel Thomaz, que recebeu as terras de antigo proprietário de escravos da região, por ocasião da abolição da escravatura.

Para que as famílias tomem posse efetiva da área, o próximo passo é a publicação de decreto presidencial que reconheça a área como de interesse social. Este instrumento permite ao Incra a desintrusão do local através da desapropriação, com indenização aos ocupantes. Quando for imitado na posse da área, o Incra poderá titular a comunidade em nome da associação que representa as famílias e a área passará a ser de uso coletivo e inalienável.

A Comunidade Família Thomaz é a segunda em Santa Catarina a ser reconhecida pelo Incra. A primeira foi a comunidade Invernada dos Negros, localizada entre Campos Novos e Abdon Batista, onde o Incra já efetiva a desapropriação para entrega aos descendentes quilombolas.



Encontro de Povos Tradicionais no Quilombo Castainho

SÍTIO CEDEFES, 16.07.2014

O Polo Castainho, que fica a aproximadamente 5 km do centro da cidade, terá apresentações musicais com percussão afro, danças e grupos de coco. O Coral Vozes do Quilombo, formado por crianças e adolescentes da comunidade Estivas, será um dos destaques da programação.

Oficinas de dança, percussão, confecção de instrumentos e de jogos, destinadas exclusivamente para pessoas de comunidades quilombolas, indígenas e rurais também são destaques. Já no Polo Quilombo Estivas, os moradores vão conferir a palestra "Rede de Saúde e Cultura: plantas que curam e alimentam", que será ministrada por representantes da Fiocruz e do MinC, na terça-feira (22), das 14h às 17h.

De acordo com Francisco de Assis, articulador regional de Povos Tradicionais e Populações Rurais da Secult-PE, a inclusão de oficinas na programação de polos como Castainho e Estivas, objetiva durante o festival "ampliar conhecimentos, permitir trocas das técnicas e elementos culturais específicos de cada comunidade, além de deixar um aprendizado que possa ser repassado e fortalecido após o festival", comentou.

Também na programação voltada à valorização dos povos tradicionais, há o lançamento do livro "Castainho Contando a História", que acontece na Praça da Palavra (centro), na terça-feira (22). Durante o evento, que começa a partir das 13h, haverá bate-papo com Seu Zé Carlos, liderança do quilombo e membro da Comissão Estadual Quilombola. Já no Quilombo Timbó, acontece de 17 a 26 de julho, a Expedição e Exposição Fotográfica "Instantâneas da África", do fotógrafo Diego Di Niglio.

Programação do Encontro de Povos Tradicionais no Quilombo Castainho:

Terça-feira, 22/7

17h – Grupo Nação Quilombola (Quilombo Tigre)

17h30 – Canto Coral Vozes do Quilombo (Quilombo Estivas)

Quarta-feira, 23/7

17h – Grupo de Dança Afro Estrela (Quilombo Castainho)

17h30 – Coco do Mestre Juarez (Quilombo Timbó)

Quinta-feira, 24/7

17h – Coco Castelo Branco (Quilombo do Castainho)

17h30 – Negra-Atitude (Quilombo Estivas)

Sexta-feira, 25/7

14h – Socialização dos Resultados das Oficinas Temáticas

16h – Dança Afro Tigre (Quilombo Tigre)

CONT.



16h30 – Quilombo Axé (Quilombo do Castainho)
17h – Percussão Afro Estrela (Quilombo Estrela)
Expedição e Exposição Fotográfica “Instantâneas da África”
Local: Quilombo Timbó

De 17 a 26 de julho
Programação de Formação nos Quilombos de Castainho e Estivas:
Oficina de Danças (didática e coreografia)
Local: Quilombo do Castainho

De 21 a 25 de julho
Público: 20 jovens dos cinco grupos de dança dos Quilombos
Horário: 9h às 12h e 14h às 17h (total: 30h/a)
Oficineiro(a): Orunmillá Santana
Oficina de Percussão (Qualificação artística dos grupos)
Local: Quilombo do Castainho

De 21 a 25 de julho
Público: 20 jovens dos cinco grupos dos Quilombos
Horário: 9h às 12h e 14h às 17h (total: 30h/a)
Oficineiro(a): Carlos Henrique (Negro Henrique)
Oficina de Confeção de Instrumentos
Local: Quilombo do Castainho

De 21 a 25 de julho
Público: 15 jovens dos cinco grupos dos Quilombos
Horário: 9h às 12h e 14h às 17h (total: 30h/a)
Oficineiro(a): Afonso Filho (Mestre Afonso)
Oficina Recreativa de Jogos e Brincadeiras
Local: Quilombo do Castainho

De 21 a 25 de julho
Público: 80 crianças e adolescentes do Quilombo do Castainho
Horário: 9h às 12h e 14h às 17h (total: 30h/a)
Oficineiro(a): Lucas José e Márcia Maria (Marília Marley)
Palestra “Rede de Saúde e Cultura: plantas que curam e alimentam”
Local: Quilombo Estivas

Data: 22 de julho
Público: Moradores da comunidade
Horário: 14h às 17h
Palestrantes: Gisela dos Santos e Mariana Olívia (Fio Cruz e MinC – Nordeste)



Quilombolas denunciam paralisação nas obras de escola

SÍTIO REDE TOCANTINS DE NOTÍCIAS, 16.07.2014

Servidores e Membros da Defensoria Pública do Tocantins estiveram na Comunidade Kalunga do Mimoso, localizada no município de Arraias, para orientar, fazer acompanhamento sobre as demandas locais e mediar pequenos conflitos existentes.

A Defensoria Pública vem acompanhando os Quilombolas daquela localidade desde 2012, onde já foram oficiadas as Instituições Públicas no sentido de resolver as demandas essenciais da comunidade, a exemplo de fornecimento de água, energia elétrica, escolas, transporte, estradas, serviços médicos e odontológicos e o principal a regularização da área em que vivem.

Em relação à escola, os moradores relataram que as obras da Unidade Escolar Pólo estão paradas e enquanto isso as crianças e adolescentes tem que andar por quilômetros e ainda frequentar um espaço pequeno, sem energia elétrica, água tratada e nem banheiros. E que nos próximos dias o horário das aulas será somente pela manhã, pois a tarde não tem como devido ao calor e o período seco.

A estrada principal está bem melhor, mas o trabalho não foi estendido para os trechos vicinais e com isso há locais que carros e até mesmo o ônibus escolar não tem acesso. Essa melhora possibilitou que fosse colocada uma linha que três vezes por semana leva os moradores até a cidade de Arraias.

A questão da saúde ainda está deficitária. No período de um ano e três meses só aconteceu uma visita de um único médico, e o atendimento odontológico prometido ainda não foi realizado.

Em relação ao dinheiro doado pela Enerpeixe S.A. para ser revertido em benefício da comunidade, foi decidido o modelo e a marca da beneficiadora de arroz a ser comprada, bem como definido o local onde deverá ser instalada, faltando agora a construção do galpão para alojar o equipamento, bem como o treinamento, regulamentação de uso e os responsável pela administração da máquina.

Os defensores público Hud Ribeiro e Pedro Alexandre Conceição Aires repassaram aos quilombolas tudo o que foi feito para resolver os problemas da Comunidade, checando se tudo o que foi informado via ofício pelos órgãos públicos havia sido solucionado e as demandas ainda em aberto serão cobradas das Instituições responsáveis.

Os Defensores Públicos ainda promoveram um acordo entre vizinhos que entraram em conflito por conta de demarcação de área e colocação de uma cerca. Um das partes alegava que estava no local errado, a outra dizia que não. Depois de muita divergência e intermediações, as duas partes entenderam a necessidade de buscar o entendimento que será feito através de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 122 / 2014

Brasília, 17 de julho de 2014.

documento onde ficarão discriminadas as modificações a ser feitas, bem como as regras de boa convivência entre eles.

Ainda como encaminhamento, a Defensoria Pública deverá marcar uma reunião com a Ruraltins em busca de solucionar a falta de orientação técnica existente no local, que ajudaria bastante a comunidade no plantio de culturas de subsistência e até mesmo de produção para geração de renda.

Da Ascom/DPE-TO



Comunidade Santa Rosa dos Pretos é reconhecida como remanescente de quilombo
SÍTIO SEPPIR, 16.07.2014

A portaria que oficializou o ato foi publicada no último dia 11/07, no Diário Oficial da União. Comunidade fica localizada no município maranhense de Itapecuru Mirim Barro

Foi publicada no Diário Oficial da União de sexta-feira (11/07), portaria que legitima as terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos Santa Rosa dos Pretos, localizadas no município maranhense de Itapecuru Mirim Barro. O documento especifica que a área total destinada aos quilombolas é de 7.496,9184 hectares.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, é o órgão responsável pelo reconhecimento das terras quilombolas, assim como pela realização dos estudos da área e do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território, conforme especificam as normas vigentes.

Reconhecida pelo Incra, Santa Rosa, de acordo com o procedimento legal, entra agora para o grupo de comunidades que aguardam os trabalhos para a regularização fundiária do Território, com desintrusão de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação para fins de interesse social.

Assessoria de Comunicação do Incra



Edital seleciona consultoria em 'Políticas de saúde para comunidades quilombolas'
SÍTIO SEPPIR, 16.07.2014

As inscrições podem ser feitas até 28/07, pelo endereço eletrônico selecao@unfpa.org.br. É necessário enviar currículo atualizado, carta de apresentação e documentos que comprovem experiência

Interessados(as) em participar da seleção de consultoria devem enviar documentação completa, até 28 de julho, para o e-mail selecao@unfpa.org.br, com o título "Estudo políticas de incentivo na saúde para comunidades quilombolas". Acesse o Termo de Referência para mais informações.

A seleção é uma parceria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, com o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, realizada no âmbito do "Projeto BRA5R104 – Fortalecendo as ações da SEPPIR nas áreas de saúde, políticas para juventude e políticas para comunidades quilombolas".

Os requisitos para se candidatar incluem mestrado ou doutorado em saúde coletiva ou correlato, economia ou gestão de políticas públicas, epidemiologia, demografia ou similares; 5 a 10 anos de experiência comprovada em pesquisa aplicada e/ou análise de dados qualitativos, incluindo realização, sistematização, categorização, e análise de dados oriundos de fontes primárias (entrevistas), e fontes secundárias (documentos, sites, entre outros); experiência comprovada em pesquisa em saúde; capacidade de organização e cumprimento de prazos; capacidade redacional e de síntese; disponibilidade para viajar; e nacionalidade brasileira.

Solicita-se, ainda, que o(a) candidato(a) tenha conhecimento de conceitos e principais debates relacionados a atenção básica, estratégia saúde da família, financiamento em saúde, comunidades quilombolas; profissional com capacidade de análise e síntese de comunicação oral e escrita, de abertura para responder positivamente a diferentes pontos de vista e críticas em relação a sua atuação individual e coletiva, bem como realizar ajustes necessários; e ter informações e sensibilidade para acolher e trabalhar com diversidade cultural, étnica e religiosa, de orientação sexual e identidade de gênero, das diversas regiões brasileiras.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR



Quilombo Angola realiza oficina de pandeiro reciclado

SÍTIO UFMT, 16.07.2014

O projeto de extensão Quilombo Angola - Capoeira antiga de Angola - realiza a oficina de confecção de pandeiros reciclados, no dia 26 de julho, a partir das 15 horas, no Centro Cultural da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). As inscrições são limitadas e só podem ser feitas, até o dia 25, pelo telefone (65) 8142 5911.

A oficina tem como objetivo resgatar a parte musical da capoeira, enfatizando assim o caráter cultural do projeto. "Além de aprender a tocar, a pessoa aprende a fazer seu instrumento", explica Everton Medeiros, professor do projeto. O instrumento será confeccionado a partir de garrafas pet, latinhas e ripas de madeira.

O grupo de capoeira Quilombo Angola desenvolve o projeto de extensão na universidade desde 2008, e busca, além da parte esportiva, desenvolver também a tradição, história, consciência ambiental e principalmente a cultura da capoeira antiga de Angola.

As atividades do grupo Quilombo Angola são desenvolvidas no Centro Cultural da UFMT, todas as terças, quintas e sextas-feiras, às 17h30, e estão abertas para a comunidade acadêmica e externa.



Tensão entre fazendeiros e índios cresce em Iguatemi

SÍTIO SUL NEWS, 16.07.2014

Produtores denunciam vandalismo, abates de animais e inclusive confrontos com seguranças de propriedades

VILSON NASCIMENTO / A GAZETA NEWS

A falta de ação do Governo Federal em buscar uma solução concreta e definitiva para resolver o problema relacionado à demarcação de terras tem feito aumentar a tensão entre produtores rurais e indígenas na região de Iguatemi.

Os produtores da região acusam os indígenas, que em 2013 invadiram a fazenda denominada Cambará, situada no município, de descumprir acordo firmado perante o Ministério Público Federal (MPF) e a própria Fundação Nacional do Índio (Funai).

Segundo os acusadores, os acusados promovem atos de vandalismo, de abater animais em propriedades limítrofes à área ocupada e inclusive provocar confrontos com seguranças particulares de propriedades rurais vizinhas à área invadida.

Desde que um grupo de guarani-kaiowá invadiu a fazenda Cambará, alegando que as terras pertencem a seus ancestrais, diversos incidentes já foram registrados na região.

Por conta de um acordo, segundo a classe produtora, firmado com o MPF e a FUNAI, os indígenas deveriam permanecer acampados em uma determinada área da fazenda até que o processo demarcatório se desenrolasse.

O acordo não teria sido cumprido pelos indígenas, que teriam invadido a sede da fazenda, expulsado os moradores, causado depredações das instalações e montado acampamento na sede da propriedade.

Ainda no ano passado, indígenas supostamente do grupo invasor, teriam bloqueado uma estrada rural que corta da fazenda invadida e inclusive atacado um ônibus que realizava o transporte escolar quando o veículo, que estava carregado de alunos, passava pelo local.

Outro problema que tem feito aumentar ainda mais a tensão na região são os frequentes abates de gado de propriedades vizinhas à área invadida.

Todos os abates, atribuídos aos índios invasores, seguem os mesmos padrões, ou seja, após o abate, apenas parte da carne é levada e o restante da carcaça é deixada para trás.

Nesse final de semana uma vaca preta prestes a parir, foi abatida na Fazenda Cachoeira,

CONT.



situada na divisa com a fazenda invadida no ano passado e parte da carcaça, inclusive o bezerro acabou deixada no local.

Visando coibir os furtos, os abates de animais como esse registrado nesse final de semana, que tem provocado grandes prejuízos aos produtores e até mesmo invasões de novas propriedades na região, a classe produtora de Iguatemi está investindo na contratação de empresas de segurança juridicamente legalizadas para protegerem os limites de suas propriedades.

O gasto com esse tipo de segurança especializada vem girando em torno de R\$ 30 mil/mês para os produtores, segundo o Sindicato Rural de Iguatemi (SRI), mas mesmo assim as invasões e os prejuízos com abates de animais continuam.

Segundo o SRI, recentemente foram registrados alguns confrontos entre índios e seguranças das propriedades e o clima está se tornando cada vez mais tenso em toda a região.

A classe produtora acusa organismos internacionais e principalmente o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de recrutar indígenas e incentivar a invasão de propriedades rurais na região sul de Mato Grosso do Sul.

O Conselho Missionário Indigenista (CIMI) é um organismo vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que, segundo o órgão, tem a incumbência de conferir um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas no Brasil.



Presidente da Funai visita 'Casa do Índio' e tribos criticam prédio

SÍTIO O XINGU, 16.07.2014

A presidente da FUNAI, Maria Augusta Boulitreu Assirati, visitou Altamira nesta terça-feira (15) para vistoriar o prédio da Casa do Índio. A obra foi feita pela empresa Norte Energia, responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, como parte do Plano Básico Ambiental do empreendimento.

A visita foi acompanhada por índios das tribos Xipaia, Xicrin e Juruna, que criticaram o prédio. Não houve consenso sobre as melhorias, mas parte dos índios pediu que uma área de grama fosse cimentada, e que fossem instalados aparelhos de ar-condicionado em cômodos do prédio. Segundo a Norte, o projeto foi definido com participação ativa de lideranças indígenas da região.

A Casa do Índio de Altamira irá servir como abrigo para indígenas que estiverem de passagem pela cidade, e deve atender 3.500 índios de 36 aldeias da região do Xingu. Segundo a Norte Energia o imóvel está pronto, mas a data da entrega depende da Funai. O espaço foi construído em um terreno de mais de 2 mil metros quadrados, com 33 quartos, jardim, reservatório de água, quiosques para reunião, cozinhas, refeitório, lavanderia, depósitos e banheiros adaptados.

G1 PA



Prefeitura realiza reunião para melhorias no Quilombo dos Alpes

SÍTIO PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 17.07.2014

A Secretaria Adjunta do Povo Negro realizou na tarde dessa quarta-feira, 16, uma reunião com outras equipes de serviços da prefeitura que atuam no Quilombo dos Alpes. Tendo em vista as carências da região, a secretária-adjunta do Povo Negro, Elisete Moretto, convocou representantes do Centro Administrativo Regional (CAR) Glória e a Defesa Civil para debater as necessidades dos moradores, como melhores condições de moradia e saneamento básico. Segundo a presidente do Quilombo dos Alpes, Rosângela da Silva Elias, a Janja, atualmente, cerca de 60 famílias residem no local, e, grande parte, em situação de risco.

Para a secretária Elisete, é de grande importância que haja transversalidade entre os setores da prefeitura, para que a comunidade seja contemplada em todas as necessidades, tendo uma atenção específica para cada situação. Rosângela chama a atenção para a necessidade de saneamento básico no local, uma vez que o quilombo abriga uma grande quantidade de moradores e o local fica muito distante do comércio ou escolas e creches para os pequenos quilombolas.

Uma nova agenda já está sendo marcada, e esta deve contar com a presença de mais secretarias e departamentos da PMPA.



Ribeirinhos serão consultados sobre projeto do Polo da Indústria Naval do Amazonas
SÍTIO EM TEMPO, 17.07.2014

Uma reunião marcada para o período de 18 a 22 de agosto, entre representantes da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan), Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) e ribeirinhos de oito comunidades do Puraquequara já está marcada.

O objetivo é organizar o calendário de audiências públicas, exigidas pela Justiça Federal, para que o projeto de implantação do Polo da Indústria Naval, nas áreas pertencentes às comunidades, tenha continuidade.

A realização de oitivas foi estabelecida por meio de parecer em caráter liminar, assinada pela juíza federal titular, Jaiza Maria Pinto Fraxe, que determinou a suspensão imediata de todas as medidas referentes ao projeto.

Utilidade pública

No documento exposto no site do MPF/AM, a magistrada sustentou que a área do decreto considerada de utilidade pública é berço de comunidades tradicionais ribeirinhas e que, por isso, havia a necessidade de abrir espaço para os questionamentos dos moradores.

A expectativa era que a primeira audiência pública fosse realizada antes, mas de acordo com o secretário-executivo da Seplan, Ronney César, a pedido do MPF/AM, que alegou necessidade de um período maior para a organização do evento, a data foi transferida.

“Entregamos um cronograma e o MPF entendeu que precisamos de mais tempo, acatamos a solicitação e transferimos a data. Entendemos que as oitivas são necessárias para tirar qualquer dúvida existente entre a população local”, frisou.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Construtores Navais do Amazonas (Sindnaval), Matheus Araújo, o período de oitivas é encarado com expectativas positivas por parte do sindicato.

Para ele, é necessário o cumprimento da exigência para dar transparência ao processo que envolve a produção de embarcações de grande porte no Estado.

“Percebemos que uma parcela considerável dos moradores da região concorda com a estruturação do polo naval. Esse é o único projeto econômico, social e industrial que o governo tem nas mãos. Temos que lutar por essa consolidação”, ressaltou.

Empregos diretos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 122 / 2014

Brasília, 17 de julho de 2014.

Conforme Araújo, atualmente o polo de produção naval abriga mais de 8.000 empregos diretos, movimentando US\$ 1 bilhão por ano. "Os dados de 2013 estão sendo finalizados, mas já é possível adiantar esse número. A tendência, com o polo naval implementado é dobrar esse montante", analisou.

A reportagem do EM TEMPO tentou contato com o procurador do MPF/AM, responsável por acompanhar o processo, Fernando Soave, mas até o fechamento desta matéria, não obteve sucesso.

Por Joelma Muniz (Jornal EM TEMPO)



Descaso e omissão agravam violência contra índios, aponta relatório do Cimi
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 17.07.2014

O total de índios assassinados em 2013 é menor que os 60 casos identificados pelo Cimi em 2012

Agência Brasil

Pelo menos 53 índios foram assassinados durante o ano de 2013 em consequência de conflitos, diretos ou indiretos, pela disputa por terras. O dado faz parte do relatório sobre a violência contra os povos indígenas brasileiros que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou hoje (17), em Brasília. Dos casos registrados em todo o país, 33 ocorrências (66%), foram registradas no Mato Grosso do Sul. Há anos o estado figura como o mais violento do país no relatório da organização indigenista, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O total de índios assassinados em 2013 é menor que os 60 casos identificados pelo Cimi em 2012. No entanto, como em anos anteriores, a organização alerta que os números podem estar subestimados, porque são colhidos, a partir várias fontes, como relatos e denúncias dos próprios povos e organizações indígenas; missionários do conselho; reportagens de jornais, sites e agências de notícias; órgãos públicos que prestam assistência; Ministério Público, além de relatórios e boletins policiais.

No capítulo violência contra a pessoa, o Cimi identificou 13 homicídios culposos (não intencional) em 2013, contra 12 casos em 2012; 328 tentativas de assassinato, contra 1.024, além de 14 casos em que índios foram ameaçados de morte. O elevado número de tentativas de morte se deve ao fato de que, em algumas ocorrências, a ameaça foi dirigida a toda a comunidade. O relatório de 2013 também registra 10 casos de violência sexual praticada contra indígenas.

O relatório também aponta que 8.014 dos 896.917 índios brasileiros (dado do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010) sofreram algum tipo de violência decorrente da omissão do Poder Público. Os casos são de falta de assistência escolar, de saúde, falta de políticas públicas que impeçam a disseminação de bebidas alcoólicas e outras drogas entre a comunidade e até tentativas de suicídio. O resultado nesse quesito é inferior aos 106.801 casos registrados em 2012.

O relatório indica que os índios continuam sendo alvo de racismo e preconceito. Além disso, crianças indígenas continuam morrendo por doenças como pneumonia, diarreia e gastroenterite, insuficiência respiratória, infecções provocadas por bactérias, entre outros males. Novamente, o Cimi destaca a dificuldades para se chegar aos números reais de casos. Enquanto o relatório contabiliza apenas 26 casos de mortalidade infantil, o texto de

CONT.



apresentação do documento cita dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e do Ministério da Saúde, dando conta de que 693 crianças até 5 anos morreram entre janeiro e novembro de 2013.

O presidente do Cimi e bispo do Xingu, Erwin Kräutler, acusa o Poder Público de agir com descaso em relação à política indigenista e à vida dos povos indígenas. Na avaliação da organização, a paralisação dos procedimentos demarcatórios, pelo governo federal, acirram conflitos em diversas unidades da federação, intensificando as violências e ameaças de morte contra índios de todo o país e suas lideranças.

Segundo o relatório apenas uma terra indígena foi homologada pela presidenta Dilma Rousseff em 2013, a Terra Indígena Kayabi, no Pará. A média de homologações durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) foi 18 homologações por ano. No governo Lula (2003 a 2010), a média anual foi 10 terras homologadas.

Kräutler afirma que o governo federal deve ser responsabilizado pela trágica realidade vivida pelos povos indígenas, lembrando que, pela Constituição Federal, o Estado brasileiro deveria ter identificado, demarcado e retirado os não índios de todos os territórios tradicionais indígenas até 1993.

Segundo o Cimi, das 1.047 áreas reivindicadas por povos indígenas, apenas 38% estão regularizadas. Cerca de 30% delas estão em processo de regularização e 32% dos casos, sequer o procedimento de demarcação foi iniciado. Das terras já regularizadas, 98,75% são na Amazônia Legal. Enquanto isso, 554.081 dos 896.917 indígenas vivem em regiões do país, que têm apenas 1,25% da extensão das terras indígenas regularizadas.

O Cimi afirma que ao menos 30 processos demarcatórios relativos a áreas já identificadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) não têm pendência administrativa ou judicial que impeçam a homologação da reserva. Ainda assim, não são concluídos. Desses 30 processos, 12 dependem apenas da publicação, pelo Ministério da Justiça, de Portaria Declaratória. Dezesete áreas aguardam à homologação presidencial e cinco processos dependem da aprovação da presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati.

A Agência Brasil entrou em contato com o governo de Mato Grosso do Sul, com a Casa Civil e com a Funai, e aguarda o retorno às demandas apresentadas.



Índice de suicídio entre indígenas é o maior dos últimos 28 anos

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 17.07.2014

Disputa por território ainda é um dos principais motivos para o aumento da violência contra indígenas no Brasil

A cada cinco dias um índio cometeu suicídio no Brasil em 2013. O dado é da Secretaria de Saúde Indígena e é apontado no Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) nesta quinta-feira (17/7). O levantamento é realizado há 20 anos com base nas polícias judiciárias estadual e federal, além de dados do governo e de notícias veiculadas pela imprensa.

Apenas no Mato Grosso do Sul foram registrados 73 casos de suicídio. Desses, 72 eram do povo Guarani-Kaiowá, a maioria com idade entre 15 e 30 anos. O número praticamente triplicou na última década. Entre os anos de 1986 a 1997 foram contabilizados 244 suicídios entre os indígenas no estado, contra 684 mortes entre os anos de 2000 e 2013.

O levantamento traz informações sobre invasões, exploração ilegal de recursos naturais em terras indígenas, informações sobre assassinatos, ameaça de morte, homicídio culposos, lesão corporal, racismo, discriminação e violência sexual, tanto envolvendo grupos indígenas contatados, quanto relacionados a povos que vivem em situação de isolamento ou de pouco contato no Brasil.

Violência no campo

Os dados de violência que abarcam conflitos fundiários demonstram que os indígenas protagonizam as estatísticas de agressões e assassinatos relacionados à disputa por terras no país. De acordo com o CIMI, em 2012 houve aumento de 237% nos casos de violação de direitos contra os povos indígenas. Os conflitos territoriais ainda são um dos principais motivos pelo avanço da violência.

A paralisação das demarcações de terras, a tentativa de retirar direitos garantidos por meio de projetos de emenda à Constituição, a proposta de modificar o procedimento administrativo de demarcação das terras e as manifestações ruralistas realizadas em vários estados, dentre outros atos anti-indígenas, tiveram consequência direta no acirramento das contendas que envolvem conflitos fundiários, principalmente no interior do país, de acordo com os coordenadores do estudo.

O movimento indigenista acusa o panorama político desfavorável, que afeta diretamente o aumento da violência nas aldeias. O governo da presidente Dilma Rousseff tem a pior média de homologações de terras indígenas dos últimos 20 anos, com 3,6 homologações anuais. Em todo o ano de 2013, apenas uma terra indígena foi homologada, a TI Kayabi, no Pará.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 122 / 2014

Brasília, 17 de julho de 2014.

Atualmente existem 426 terras indígenas regularizadas no Brasil, a maior parte delas, 98,75%, encontra-se na Amazônia Legal. Paralelamente, a maior parte da população indígena recenseada no levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 2010, vive em outras regiões do país. De acordo com a Funai, há apenas 1,25% da extensão de terras demarcadas nas regiões Centro-sul, Sudeste e Nordeste do Brasil, onde vivem 554.081 indígenas.



Relatório do Cimi contabiliza 53 índios assassinados em 2013

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 17.07.2014

AGUIRRE TALENTO
DE BRASÍLIA

Relatório divulgado nesta quinta-feira (17) pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionária), entidade ligada à Igreja Católica, aponta que 53 índios foram assassinados no ano passado em todo o país.

Houve uma leve diminuição em relação a 2012, quando houve 60 assassinatos, mas o número é maior que o de 2011, que havia registrado 51 casos.

Além dos assassinatos em 2013, também foram registradas 13 vítimas de homicídio culposo (principalmente atropelamentos) e 14 ameaças de morte.

Para o Cimi, as agressões contra os índios "têm como pano de fundo a paralisação de todos os procedimentos de demarcação de terras indígenas" durante a atual gestão da presidente Dilma Rousseff.

"Acirram-se os conflitos em diversos Estados da federação, tornando ainda mais instáveis e precárias as condições de sobrevivência das famílias indígenas acampadas na beira das rodovias ou daquelas comunidades cuja terra se encontra em grande parte invadida", afirma o presidente do Cimi e bispo da Prelazia do Xingu, Erwin Kräutler, em artigo que abre o relatório.

Os assassinatos se concentraram no Mato Grosso do Sul (62%), mantendo proporção similar aos anos anteriores. Atingiram principalmente os guarani-kaiowá.

Um dos casos de maior repercussão foi a morte do índio Oziel Terena durante o cumprimento, pela Polícia Federal, de uma ação de reintegração de posse da fazenda Buriti, no município de Sidrolândia. O Cimi diz que o inquérito que apurou o caso concluiu não ser possível determinar de onde o tiro partiu, embora índios afirmem que veio dos policiais.

Segundo o relatório, o governo Dilma só homologou uma terra indígena em 2013, mas a demarcação não pôde ser feita porque houve decisão liminar (provisória) do STF (Supremo Tribunal Federal) contra seu registro em cartório.

Nos três anos de gestão Dilma, foram 11 homologações, média de 3,6 por ano, a pior desde o fim da ditadura militar. O segundo pior foi o governo Itamar Franco (outubro de 1992 a dezembro de 1994), que homologou 18 terras, média de 9 por ano.



Técnico visita aldeias indígenas para informar sobre crédito e habitação rural
SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 17.07.2014

O técnico agropecuário da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer), Valmir Ribeiro de França, começou nessa quarta-feira (16.07), um levantamento nas aldeias indígenas Rikibatsa, Miky e Irantxe, localizadas no município de Brasnorte (579 km a Noroeste de Cuiabá), para verificar com as famílias a adesão ao crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) grupo B e do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). A visita técnica vai percorrer as aldeias, informar sobre os programas e a previsão é concluir os trabalhos em 10 dias.

Desde 2009, técnicos da Empaer atuam nas aldeias indígenas desenvolvendo projetos com a criação de peixes em tanques, redes, extração da borracha em seringal nativo e apicultura. O projeto é financiado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e cria alternativas para uma agricultura sustentável. Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) oferecidos pela Empaer têm como objetivo fortalecer a produção sustentável, a inserção nos mercados e na melhoria da qualidade de vida.

Cada família tem uma roça de aproximadamente meio hectare e os técnicos da Empaer atendem 160 famílias indígenas. Conforme Valmir, com uma população de mais mil índios, o primeiro passo após o levantamento é a emissão da Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP) instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar o crédito rural. Segundo França, os índios têm conhecimento sobre agricultura, como cultivar e produzir. Para expandir a produção a linha de crédito do Pronaf tem recursos na ordem de R\$ 4 mil. Dentro do PNHR são construídas casas específicas para as comunidades indígenas e levam em conta soluções de água, energia elétrica, esgoto sanitário e vias de acesso na aldeia.

Após a visita às comunidades indígenas será realizada uma reunião com representantes da Funai (Fundação Nacional do Índio), Sindicato dos Produtores rurais, Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Mato Grosso) e Banco do Brasil para definir as estratégias de atendimentos nas aldeias.

Fonte: Governo do Mato Grosso

A Cultura dos Artistas Indígenas

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 17.07.2014



RAISA CARVALHO
Editoria de cultura
Isah.carvalho@gmail.com

O Encontro de Todos os Povos é fruto da articulação coletiva entre artistas e artesãos indígenas de Roraima que buscam compartilhar seus saberes com toda a sociedade. O projeto reúne artistas, artesãos e mestres dos saberes ancestrais para socializar a cultura de seus povos por meio da arte tradicional e contemporânea.

Iniciado em 2013 pelo artista indígena macuxi Jaider Esbell, o projeto contempla mostras de artes plásticas, audiovisual, palestras, oficinas, feiras de artesanato e outros fazeres em um evento realizado por meio do apoio de empresas, instituições e parceiros.

Esse ano, o encontro conta com apoio da Universidade Federal de Roraima. Ao todo, participam direta e indiretamente do projeto, representantes de nove povos indígenas.

Segundo Esbell, além da socialização dos saberes e fazeres indígenas, entre si e com toda a sociedade, o projeto sugere a discussão crítica de assuntos de interesse local/global, com temas que abordem sustentabilidade ecológica, diversidade sociocultural e diálogo entre povos e nações na busca de um entendimento comum.

CONT.



“O Encontro de Todos os Povos busca consolidar-se no calendário cultural anual como um espaço plural de difusão interétnica, tendo como um de seus maiores objetivos a contribuição dos povos indígenas para a formação da base da identidade do povo roraimense por meio da arte” explicou Esbell.

O evento será realizado de 20 de agosto a 13 de setembro de 2014, no Espaço de Cultura e Arte União Operária, localizado na avenida Nossa Senhora da Consolata, 565, Centro de Boa Vista.

Concurso Virtual e Exposição de Artes

Como parte da programação ‘Encontro de Todos os Povos’, Esbell realiza uma exposição de artes e um concurso virtual para estimular a cultura roraimense. Com o tema ‘Meu vizinho Karaiwa’, que significa ‘Meu vizinho não índio’.

Para participar, a pessoa deve acessar a página do facebook do autor através do link www.facebook/jaider.esbell e postar um texto, de sua autoria, em até duas laudas, sem limite de números de participantes ou estilo de escrita, ou enviá-lo para o e-mail es.b@hotmail.com. Como prêmio, o autor presenteará o ganhador com uma de suas obras e se responsabiliza por enviá-la para qualquer lugar do Brasil.

“Meu Vizinho Karaiwa é, antes de tudo, um convite ao diálogo, é um chamado a compartilhar as responsabilidades sobre a condução ou os rumos que o mundo está tomando, dentro da realidade que nos compete agir enquanto sociedade plural. A proposta está baseada na precondição de que, sim, pertencemos todos à raça humana, mas somos uma sociedade plural e culturalmente diferenciada” explicou Esbell.



Índios descumprem acordo e invadem fazendas no Mato Grosso do Sul
SÍTIO SINDIRURAL/PORTO SEGURO-BA, 17.07.2014

Aumenta a tensão entre produtores rurais e indígenas na região de Iguatemi, no Mato Grosso do Sul. Indígenas ocupam ilegalmente a Fazenda Cambará desde o ano passado estão descumprindo o acordo firmado perante o Ministério Público Federal (MPF) e Funai e invadindo novas áreas para roubarem gado. Os índios estão abatendo animais em propriedades vizinhas à área ocupada.

Diversos incidentes já foram registrados desde a invasão. Por determinação judicial, os indígenas deveriam permanecer acampados em uma área da fazenda até a conclusão do processo demarcatório. Por conta de um acordo firmando com lideranças indígenas, a Funai e o Ministério Público, os índios não fariam atos de vandalismo nem invadiriam novas áreas e, em troca, os produtores rurais não buscariam a reintegração de posse total do imóvel.

O acordo não foi cumprido pelos indígenas que invadiram a sede da fazenda, expulsaram os trabalhadores, destruíram benfeitorias e montado acampamento na sede da propriedade.

Nos últimos dias os indígenas passaram a invadir as propriedades vizinhas para abater animais. Os abates seguem os mesmos padrões. Apenas parte da carne de maior valor é levada e o restante da carcaça é deixada para trás.

De acordo com o Sindicato Rural de Iguatemi (SRI), os gastos dos produtores rurais em decorrência da ação dos indígenas passam de R\$ 30 mil reais por mês. Ainda segundo o Sindicato, recentemente foram registrados alguns confrontos entre índios e seguranças das propriedades e o clima está se tornando cada vez mais tenso em toda a região.

Fonte: Questão Indígena



O sobrenatural e o suicídio dos índios do Alto Rio Negro e Guarani Kayowá

SÍTIO BLOG DO BRUNO PAES MANSO/ESTADÃO, 17.07.2014

Bruno Paes Manso

* Com Felipe Nassar Novos dados foram apresentados hoje pelo Conselho Indigenista Missionário sobre a violência que atinge os povos indígenas do Brasil. O suicídio, novamente, é um dos destaques negativos do balanço do ano passado. Segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena, no estado do Mato Grosso do Sul houve 73 casos em 2013, o pior [...]

*

Com Felipe Nassar

Novos dados foram apresentados hoje pelo Conselho Indigenista Missionário sobre a violência que atinge os povos indígenas do Brasil. O suicídio, novamente, é um dos destaques negativos do balanço do ano passado. Segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena, no estado do Mato Grosso do Sul houve 73 casos em 2013, o pior resultado em 28 anos. Dos 73 indígenas que se mataram, 72 eram do povo Guarani-Kaiowá. De 2000 a 2013, foram 684 ocorrências, total quase três vezes maior que o da década anterior (entre 1986 e 1997, morreram 244 pessoas).

Na semana passada, publiquei neste blog notícia sobre o tema. Partia do Mapa da Violência 2014, que colocava São Gabriel da Cachoeira no primeiro lugar do ranking de suicídios entre os mais de 5 mil municípios brasileiros. Localizada no noroeste do Amazonas, São Gabriel é a cidade dos índios, entrecortada pelo Rio Negro, com 23 etnias espalhadas por mais de 750 povoados/aldeias.

Segundo os dados do Ministério da Saúde, a taxa de suicídio em São Gabriel é de 50 por 100 mil habitantes. O total é dez vezes maior que a média nacional e quase o dobro de países como Coreia e Lituânia, os dois campeões mundiais em suicídios, com média de 30 por 100 mil. Como mostram os dados da dinâmica vigente entre os Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul, não se trata de um fenômeno isolado.

Eu estive em São Gabriel da Cachoeira em 1998. Queria voltar agora para saber mais sobre o fenômeno. O assunto do suicídio indígena é um tema ao mesmo tempo atual e perturbador. Mas não havia como viajar. Para buscar respostas, tive que apelar para o celular e pesquisar em algumas fontes bem informadas.

Eu estava cético de que seria capaz de absorver informações sobre a selva e as aldeias indígenas via satélite. Liguei, mesmo assim, para lideranças indígenas. Não sabia o que esperar, mas o resultado foi excelente. Porque ouvi explicações sinceras e que sobreviveram a séculos de colonização cultural.

CONT.



Maximiliano Correa, índio tukano nascido na comunidade Ananás de São Gabriel, tem mais de 30 anos no movimento indígena do Rio Negro. Hoje é coordenador das Organizações Indígenas do Amazônia. O telefone começa a chamar. Ele atende do outro lado e a conversa se inicia protocolar.

- Alô, seu Maximiliano, quem fala é o Bruno, sou pesquisador e jornalista. Queria falar sobre o caso de suicídios em São Gabriel.

- Olá. Acho bom você falar com outras lideranças do Rio Negro, que devem ser prestigiadas e conhecem bem o tema.

O diálogo não fluía, estava muito formal. Até que começamos a jogar papo fora. Antes de eu desligar, ele me deu uma colher de chá:

- Vou falar minha visão sobre o caso. O problema é sobrenatural.

Existem momentos mágicos na profissão. Um deles é quando o entrevistado sente confiança e se revela transparente ao interlocutor. Maximiliano seguiu falando sobre os suicídios:

- Como assim sobrenatural, seu Max?

- Vou contar o que ocorreu em 2005. Tinha muito jovem se matando. Eu estava descendo o rio. Naquela noite o tempo tinha fechado e decidimos parar o barco num povoado a seis horas do centro de São Gabriel. Eram 7 horas da noite. O lugar tinha um quintal grande, com mulheres e crianças brincando. Eu estava com minha filha que tinha 11 anos na época. Ela de repente caiu no chão. Quando levantou, disse que tinha visto um vulto preto, de alguém que ela não soube reconhecer. Depois, ela sonhou por semanas com esse vulto. Nos sonhos, ele disse para ela: 'não vou te levar porque você ainda é criança. Vou partir de São Gabriel em 40 dias'. Quando o prazo venceu, as mortes pararam na cidade. Ainda deixou um bilhete na porta. Sou Satanás... Ou melhor, Satanás não, ele disse diabo.

O famigerado vulto negro, que anda flutuando e vestindo um capuz, foi uma personagem recorrente nas explicações sobre casos de suicídios em São Gabriel e na vizinha Santa Isabel do Rio Negro entre os anos 2000 e 2010, quando o Ministério Público Federal abriu um procedimento administrativo a pedido da Fundação Estadual dos Povos Indígenas para investigar o fenômeno. O processo resultou em uma investigação documentada em 78 páginas, a que este blog teve acesso, onde foram entrevistados familiares de mortos e sobreviventes de tentativas de suicídio.

A preocupação com os suicídios na região cresceu entre 2005 e 2006, quando São Gabriel da Cachoeira passou por um momento delicado. Houve 13 suicídios e 16 tentativas, quase todas registradas entre adolescentes da Escola Estadual Irmã Inês Penha. Meses antes, o filho do prefeito, Quinzinho, morreu em um acidente. Ele era bastante popular: andava de skate, tocava em uma banda de música e caiu da moto durante um racha. A comoção na cidade foi grande. Segundo o MPF apurou, depois do evento, iniciaram-se visitas e rituais em cemitérios por parte dos amigos do garoto. Dois jovens da banda se mataram. Quinzinho aparecia em

CONT.



sonhos e dizia que estava bem.

O ritual de visitas ao cemitério era organizado por alunos da Escola Maria Inês Penha. Um professor liderava o grupo e chegou a ser indiciado pela polícia. Fugiu para não ser preso. Meninas de 12 a 16 anos passaram a se matar. A história do vulto negro flutuante aparecia nos depoimentos, assim como as histórias de colegas mortas que chamavam em sonhos suas amigas, que se depois matavam para se juntar a elas. Bilhetinhos ameaçadores se espalharam na cidade. Quem os pegassem, seriam os próximos a morrer. Alguns desses bilhetinhos foram entregues aos investigadores.

No geral, as iniciativas suicidas envolveram quadros de depressão em famílias desestruturadas, com histórico de abuso de caxiri (pinga indígena) e de violência. Mas essa não era a regra. Havia trajetórias diversas. Outro achado dos pesquisadores foi identificar que a prática estava mais concentrada em determinados grupos. No levantamento de 95 suicídios no Rio Negro, 18 casos envolviam vítimas da etnia Hupda. Os Tukanos, com 15 ocorrências, vinham em segundo, seguido pelas Barés, com 6 mortes.

Li todo o material e ainda fiz outra ligação para o advogado Adelson Lima Gonçalves, do povo Tariano. Quando Adelson se formou em Direito, em 2010, ele prestou o juramento profissional em língua Tukano. Atualmente, o advogado faz mestrado em antropologia na Universidade Federal do Amazonas. Seu nome tariano é Yawi, que significa onça. O começo da conversa novamente não conseguiu se desvencilhar das formalidades.

- Olá Adelson. Quem fala é Bruno, estou escrevendo sobre suicídios em São Gabriel, etc, etc.

- Oi. Preciso antes conversar na OAB para vermos o posicionamento. Sou da Comissão de Defesa dos Povos Indígenas. Ligue daqui a cinco dias e eu passo o posicionamento.

- Combinado, Adelson. Mas eu falei com o seu Max. Ele me falou sobre causas sobrenaturais que explicariam os suicídios.

Falei o que seu Max havia me dito. Acho que foi o suficiente para nos aproximar, mesmo via celular.

- Ah, sim. Esse é um problema sério. É o que meu pai tem me falado. Ele é idoso e conversou com outras pessoas mais velhas. Eles estão preocupados. Os jovens estão aprendendo rezas indígenas, mas fazem essas rezas de forma errada, sem o devido preparo, como se fosse brincadeira. Isso libera os espíritos e afeta a comunidade. Cria um excesso de emoção. A adolescência deixa as pessoas mais vulneráveis, troca de voz, menstruação.

Albert Camus já dizia que só existe uma questão filosófica importante: o suicídio, ou seja, julgar se a vida vale ou não a pena ser vivida. Como essas questões existenciais aparecem no cotidiano de uma menina que se mata enforcada? Algumas hipóteses são levantadas pela investigação do MPF: passam pela desestruturação das novas famílias citadinas, vindas das aldeias do interior, provocando o afastamento dos rituais coletivistas e familiares tradicionais do Alto Rio Negro; pelo uso excessivo de álcool; pelo choque cultural com as crenças que

CONT.



valorizam o consumo, entre outros aspectos. A forma com que os índios do Rio Negro enxergam a morte, como uma continuidade da vida, incluindo a possibilidade de desfrutar o convívio com os antepassados queridos no mundo dos mortos, é outra hipótese discutida na investigação.

O fato é que as taxas desproporcionais de suicídio revelam um incômodo desconhecido dos brasileiros. Ironicamente, sempre que pretendemos criar nossa identidade original perante o mundo, é à cultura indígena que recorremos. Pode ser idealizada, como nos poemas românticos Gonçalves Dias com seu herói Juca Pirama, no século XIX. Décadas depois, seria a vez de José de Alencar com a trilogia que começa antes do descobrimento do Brasil, com Ubirajara passando por Iracema e por Peri em o Guarani. O movimento antropofágico modernista deu à cultura indígena um papel de protagonismo na explicação sobre a construção de nossa alma nacional, como um canibal que devorasse a tradição ocidental, para criar uma cultura original. Macunaíma, de Mario de Andrade, é o grande herói dessa escola – o herói sem caráter, ou melhor, com caráter em formação.

Só que agora os índios estão se matando e me vem a pergunta: qual o papel da cultura indígena no debate contemporâneo? Será que o tema se esgotou? Ou ainda precisamos compreendê-la para sabermos sobre nós mesmos? O assunto não parece ser uma preocupação prioritária nos dias de hoje. Às vezes, acho que relegamos o debate sobre os índios e sua cultura para um lado escuro de nossa cabeça. Fica lá na sombra, esquecido, no inconsciente. Até que emerge, como um vulto negro, flutuando para nos assombrar.

* Foto de 1988 durante a Constituição tirada por Beto Ricardo do Instituto Socioambiental



Povos indígenas do rio São Francisco se encontram em Porto

SÍTIO GRANDE RIO FM, 17.07.2014

Seminário reunirá cerca de 200 lideranças na aldeia Pataxó Barra Velha

Na diversidade populacional da Bacia do Rio São Francisco vivem 32 povos indígenas de diferentes etnias, em mais de 50 territórios espalhados por seis estados brasileiros: Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Essas populações, estimada em 100 mil índios, estarão representadas no III Seminário dos Povos Indígenas da Bacia do Rio São Francisco, que acontece nos dias 18, 19 e 20 de julho, na aldeia Pataxó Barra Velha (a 200km de Porto Seguro, Sul da Bahia). A expectativa do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, organizador do encontro, é reunir cerca de 200 lideranças indígenas da bacia, além de representantes de povos de outros estados, como Espírito Santo, Ceará e Paraíba.

No seminário, estão previstas discussões referentes aos problemas de abastecimento de água que hoje afetam diversas regiões do Velho Chico e suas populações ribeirinhas, incluindo os indígenas. Além disso, o fortalecimento do Dia Nacional em Defesa do Velho Chico, os projetos de recuperação hidroambiental financiados com recursos da cobrança pelo uso da água em território aborígene e a criação de uma agenda interna dos povos indígenas completam a pauta do evento.

Segundo o coordenador da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Submédio São Francisco, o cacique Uilton Tuxá, a escolha de Porto Seguro – mesmo não sendo um município da bacia do Velho Chico – se dá por questões de integração. “Queremos interagir com os povos indígenas do litoral e passar para eles a nossa luta em benefício do rio São Francisco”, disse. Na mesma semana, Porto Seguro sediará a Assembleia Geral da APOINME – Articulação dos Povos e Organizações indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. “É uma oportunidade para mostrar o trabalho que vem sendo realizado pelo Comitê, junto aos povos indígenas”, afirmou o cacique.

Índios no Comitê - Além de Uilton Tuxá, que integra a Aldeia Tuxá – Rodelas/Bahia, o Comitê da Bacia do Rio São Francisco tem em seu colegiado outros três representantes indígenas: Iveraldo Pereira Junior (Aldeia Fulni-ô/Pernambuco); Ricardo de Campos (Aldeia Tingui-Botó/Alagoas); e Anália Aparecida da Silva (Aldeia Tuxá – Pirapora/Minas Gerais). Entre as tribos que habitam a bacia do velho Chico estão: Xucuru, Tuxá, Aranã, Pankararu, Tingui-Botó e Fulni-ô.(Informações da Assessoria).

Exposição retrata 33 anos de história dos índios brasileiros

SÍTIO GRANDE RIO FM, 17.07.2014

"Povos Indígenas no Brasil" resume em fotos, mapas e textos os fragrantos de várias etnias



Atualmente são registradas 240 etnias de índios no Brasil. Juntas, segundo o último censo realizado em 2010, somam 896 mil pessoas. A exposição Povos Indígenas no Brasil, em cartaz em Manaus (AM), faz uma retrospectiva de 33 anos de história desses povos. Ela pode ser conferida diariamente, das 8h às 22h, no Calçadão da Ponta Negra, até o dia 17 de agosto.

Com 43 fragmentos de momentos e personagens históricos, que compreende o período de 1980 a 2013, a exposição reúne mapas e textos de apoio, em português e inglês. "Pretende-se que essas imagens sirvam de referência para as narrativas dos seus protagonistas, assim como para o aprendizado das novas gerações", explica Beto Ricardo, editor de publicações do Instituto Socioambiental (ISA).

A mostra comemora os 30 anos do Apoio Norueguês aos Povos Indígenas no Brasil, os 25 anos da inclusão à Constituição e os 20 anos do ISA.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 122 / 2014

Brasília, 17 de julho de 2014.

Grande parte das imagens foram publicadas ao longo dos anos pela imprensa ou nos volumes da série Povos Indígenas no Brasil, elaborada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e ISA, com apoio do governo norueguês.

Serviço

Exposição Povos Indígenas no Brasil

Funcionamento: Até 17 de agosto, das 8h às 22h.

Local: Calçadão da Ponta Negra (ao lado das rampas de skate) - Avenida Coronel Teixeira, s/n - Ponta Negra - Manaus (AM)

Entrada: Franca.